

Deputados de Minas tentam escapar do IR

BELO HORIZONTE — Os deputados estaduais de Minas Gerais não serão atingidos pela cobrança de imposto de renda sobre o total de seus ganhos mensais, como determina a nova Constituição federal. Foi o que disse ontem, o presidente da Assembléia Legislativa e da Constituinte mineira, Neif Jabour, do PMDB. Segundo ele, a determinação constitucional é "demagógica e incoerente", já que os tributos arrecadados serão creditados à fonte passageira, no caso, o governo.

Neif Jabour revelou que a Constituinte mineira estuda uma fórmula para beneficiar seus 77 deputados, que atualmente ganham cerca de Cr\$ 2,1 milhões mensais. Acompanha também o que acontece na Câmara dos Deputados e no Senado. Isso porque o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) já propôs um aumento para os parlamentares federais. Em Minas, de acordo com Jabour, se prevalecer o desconto sobre o salário integral, também os deputados estaduais terão seus vencimentos aumentados. Através de projeto de resolução, ele tenta desvincular os salários dos deputados estaduais dos federais.

Pela atual Constituição de Minas, nenhum deputado estadual pode receber mais do que dois terços do vencimento de um deputado federal. Com o imposto incidindo apenas sobre a parte fixa, os parlamentares mineiros têm descontos de, no máximo, 20% dos ganhos totais. Pela nova determinação, a taxação alcançaria até 45%.